DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO VERDE: OBSTÁCULOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS.

Autor(res)

Tácita Pereira Rios
Rubenildo Kledir Soares Cardoso

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA BACABAL

Introdução

A avaliação dos sistemas tributários, ou seja, as disposições legais relativas ao exercício da soberania fiscal por diversos órgãos públicos na forma de impostos cobrados no país são notoriamente controversas no Brasil e em outros lugares. Os acordos de cooperação e outras transações em benefício do ambiente são o resultado de negociações políticas ou da garantia da implementação das recomendações de instituições geralmente reconhecidas, mas não são a única forma de alcançar a sustentabilidade ambiental.
Trata-se da chamada tributação verde método que, por um lado, obviamente foca em sua função na proteção ambiental, mas por outro lado, enfrenta enorme resistência, inclusive no Brasil, circunstância que suscita a discussão deste artigo. Isto pode ser explicado pelo impacto económico e financeiro que pode ter em algumas empresas, bem como pelo facto de a raça ser difícil de enquadrar no sistema fiscal nacional, que já consiste em restrições e complicada divisão de responsabilidades.

Objetivo

O objetivo geral do artigo é identificar hipóteses e desafios políticos e econômicos à aplicabilidade dos impostos verdes, utilizando como parâmetros uma metodologia indutiva e o direito comparado, de forma consistente com as políticas tributárias e ambientais constitucionais.

Material e Métodos

A pesquisa realizada neste estudo baseou-se em uma metodologia que incluiu uma extensa revisão bibliográfica em obras doutrinárias especializadas na interseção entre tributação, políticas ambientais e direito comparado. Utilizamos uma abordagem sistemática para identificar e analisar as principais teorias, conceitos e casos de estudo relevantes para o tema da tributação verde e seus desafios de implementação.

Resultados e Discussão

Tributação, orçamento público e políticas públicas sociais são indissociáveis e dessa forma, a problema da baixa qualidade na efetivação das políticas públicas sociais é multifacetado. Os obstáculos impostos à implementação de políticas sociais voltadas a efetivação de direitos sociais já têm início nas confusas e por vezes, obscuras, políticas tributária e orçamentária brasileiras. Para inverter este cenário, devem ser ultrapassados obstáculos

como os elevados juros económicos, a produção desenfreada e a potencial perda de receitas que ocorrem quando a estrutura não é considerada num contexto fiscal holístico. Contudo, se não houver um passo revolucionário numa provável reforma fiscal, o imposto verde continuará a ser uma medida tímida e utilizada em casos isolados, que será difícil de introduzir nos debates mais populares.

Conclusão

Diante do exposto, mesmo que o contexto majoritário não seja adequado ao sistema protegido, é possível fortalecer as crenças e princípios que incentivam os indivíduos a exercerem sua consciência, para que métodos de sustentabilidade possam ser desenvolvidos em todas as áreas que acima de tudo respeitem o ambiente e a justiça fiscal.

Referências

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 17ª. Ed. São Paulo: Saraiva 2011.
APPIO, Eduardo. Controle Judicial das Políticas Públicas no Brasil. 1ª. Ed. Curitiba: Juruá Editora. 2006.
ARANGO, Rodolfo. Derechos, Constitucionalismo y Democracia. 1ª Ed. Argentina: 2004.
MENDES, Gilmar Ferreira et BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 6ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.
OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
PIRES, Luis Manuel Fonseca. Um ensaio sobre o interesse público. Interesse Público – IP, Belo Horizonte, ano 15, n. 77, p 119-127, jan/fev 2013.